



MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

PROCESSO Nº 60301.001303/2023-81

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2023, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA -
EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO DE AÇÕES DE
ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL E A EMPRESA DFE
CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA

A União, por intermédio da **Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial**, com sede na Avenida do Turismo, nº 1350, bairro Tarumã, na cidade de Manaus/AM, CEP 69049-630, inscrito(a) no CNPJ/MF sob

o nº 03.277.610/0001-25, neste ato representado(a) pelo(a) Cel **ROBERT MACIEL DE SOUSA**, nomeado(a) pela Portaria SECAAE/CHELOG/EMCFA-MD nº 3480 de 29 de junho de 2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **DFE CONSTRUÇOES E REFORMAS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº: 41.347.110/0001-01, sediado(a) na **Rua Ivo Lemos 33 Conjunto Eldorado, Parque 10 de Novembro Manaus-AM, CEP 69050-300**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato Representado(a) por **FABIANO DOS SANTOS ARAÚJO** - Representante Geral, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 60301.001044/2023-99 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 28/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de esquadrias, contemplando sua confecção e instalação, para a futura base da Operação Acolhida na cidade Boa Vista/RR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
38	Item compra: 00038 - CATMAT nº 15814 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil um, comprimento de 2,5 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j01 deste processo	09	R\$ 630,00	R\$ 5.670,00
39	Item compra: 00039 - CATMAT nº 15814 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil um, comprimento de 2,5 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j01 deste processo.	18	R\$ 586,00	10.548,00

40	Item compra: 00040 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 2,3 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j03 deste processo.	03	R\$ 670,00	2.010,00
41	Item compra: 00041 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 2,8 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j04 deste processo.	04	R\$ 650,00	2.600,00
42	Item compra: 00042 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 1 m, altura de 0,5 m, conforme modelo j05 deste processo	13	R\$ 914,27	11.885,51
43	Item compra: 00043 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 2,6 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j06 deste processo.	03	R\$ 630,00	1.890,00
44	Item compra: 00044 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 1,9 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j07 deste processo.	03	R\$ 635,00	1.905,00
45	Item compra: 00045 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 2,85 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j08 deste processo.	76	R\$ 557,08	42.338,08
46	Item compra: 00046 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 1,5 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j09 deste processo	113	R\$ 703,00	79.439,00
47	Item compra: 00047 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 1,3 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j10 deste processo	03	R\$ 701,00	2.103,00

48	Item compra: 00048 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 1,2 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j11 deste processo.	04	R\$ 732,00	2.928,00
49	Item compra: 00049 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 1 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j12 deste processo.	07	R\$ 712,00	4.984,00
50	Item compra: 00050 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 2,6 m, altura de 1,3 m, conforme modelo j13 deste processo	30	R\$ 599,00	17.970,00
51	Item compra: 00051 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 1,2 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j14 deste processo	02	R\$ 676,00	1.352,00
52	Item compra: 00052 - fornecimento e instalação de janela de correr em vidro temperado, com espessura de 8 mm, encaixado em perfil u, comprimento de 1,1 m, altura de 1,1 m, conforme modelo j15 deste processo.	03	R\$ 699,00	2.097,00
53	Item compra: 00053 - fornecimento e instalação de porta pivotante em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores, comprimento de 0,8 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p01 deste processo.	79	R\$ 995,46	78.641,34
54	Item compra: 00054 - fornecimento e instalação de porta pivotante com mola hidráulica em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores. Comprimento de 0,8 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p02 deste processo.	03	R\$ 1.418,75	4.256,25
55	Item compra: 00055 - fornecimento e instalação de porta pivotante em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e	02	R\$ 1.435,95	2.871,90

	puxadores, comprimento de 0,8 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p03 deste processo.			
56	Item compra: 00056 - fornecimento e instalação de porta pivotante com duas folhas em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores. comprimento de 1,6 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p04 deste processo.	04	R\$ 1.114,00	4.456,00
57	Item compra: 00057 - fornecimento e instalação de porta pivotante em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores. comprimento de 2,1 m, altura de 0,8 m, conforme modelo p06 deste processo.	17	R\$ 1.698,00	28.866,00
58	Item compra: 00058 - fornecimento e instalação de porta pivotante em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores. comprimento de 2,1 m, altura de 0,8 m, conforme modelo p07 deste processo.	03	R\$ 1.569,00	4.707,00
59	Item compra: 00059 - fornecimento e instalação de porta de correr em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores, comprimento de 0,8 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p08 deste processo.	02	R\$ 1.141,00	2.282,00
60	Item compra: 00060 - fornecimento e instalação de porta pivotante com duas folhas fixas e duas folhas de correr em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores. comprimento de 2,9 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p09 deste processo.	07	R\$ 956,00	6.692,00
61	Item compra: 00061 - fornecimento e instalação de porta pivotante em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e	02	R\$ 1.539,00	3.078,00

	puxadores, comprimento de 0,9m altura de 2,1 m. conforme modelo p10 deste processo.			
62	Item compra: 00062 - fornecimento e instalação de porta de correr em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores, comprimento de 0,8 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p11 deste processo.	02	R\$ 986,00	1.972
63	Item compra: 00063 - fornecimento e instalação de porta de correr com 2 folhas em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores. Comprimento de 2 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p12 deste processo	05	R\$ 935,00	4.675,00
64	Item compra: 00064 - fornecimento e instalação de porta pivotante em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores. Comprimento de 1,3 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p13 deste processo.	22	R\$ 1.020,00	22.440,00
65	Item compra: 00065 - fornecimento e instalação de porta de correr em vidro temperado, com espessura de 10 mm, inclusive acessórios para instalação e puxadores. Comprimento de 0,8 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p14 deste processo.	44	R\$ 1.100,00	48.400,00
66	Item compra: 00066 - fornecimento e instalação de porta de abrir simples tipo veneziana com guarnição em alumínio anodizado, fixação com parafusos comprimento de 0,6 m, altura de 1,6 m, conforme modelo p05 deste processo	156	R\$ 823,00	128.388,00
67	tem compra: 00067 - fornecimento e instalação de porta de abrir simples tipo veneziana com guarnição em alumínio anodizado, fixação com parafusos comprimento de 0,6 m, altura de 1,6 m, conforme modelo p15 deste processo.	01	R\$ 835,00	835,00

68	Item compra: 00068 - fornecimento e instalação de porta de abrir simples tipo veneziana com guarnição em alumínio anodizado, fixação com parafusos comprimento de 1 m, altura de 2,4 m, conforme modelo p16 deste processo	03	R\$ 976,00	2.928,00
69	Item compra: 00069 - fornecimento e instalação de porta de abrir simples tipo veneziana com guarnição em alumínio anodizado, fixação com parafusos comprimento de 0,6 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p17 deste processo.	04	R\$ 1.289,00	5.156,00
70	Item compra: 00070 - fornecimento e instalação de porta de abrir simples tipo veneziana com guarnição em alumínio anodizado e vidro temperado fixo com espessura de 8mm, fixação com parafusos comprimento de 1,2 m, altura de 2,1 m, conforme modelo p19 deste processo.	03	R\$ 2.009,00	6.027,00
VALOR TOTAL				546.391,08

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados do recebimento da Nota de Empenho pela contratada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

Instalação dos materiais.

Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

Serviços acessórios à execução do objeto, os quais consistem na mobilização, transporte, manutenção, nivelamento.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ 546.391,08 (quinhentos e quarenta e seis mil trezentos e noventa e um reais e oito centavos).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/12/23 (Quatro de Dezembro de dois mil e vinte e três).

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#)

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa:

Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 15 % a 20% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas

e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. Gestão/Unidade: 00001/110794

II. Fonte de Recursos: 100000000

III. Programa de Trabalho: 168600

IV. Elemento de Despesa: 339030

V. Nota de Empenho: 2023NE000700

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Manaus/AM, Seção Judiciária do Estado do Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Avenida do Turismo, nº 1350, bairro Tarumã, na cidade de Manaus/AM, na data da assinatura.

ROBERT MACIEL DE SOUSA- Cel (EB)
Ordenador de Despesas da Unidade Gestora Executora

FABIANO DOS SANTOS ARAUJO

Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

HALDAYR ALBUQUERQUE DE SOUZA- 3º SGT (EB)
Testemunha

JOSÉ DINIZ CLEMENTE DOS SANTOS - 1º Ten (MB)
Testemunha

Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato – Modelo para Pregão Eletrônico – Compras
Atualização: Julho/2020



Documento assinado eletronicamente por **José Diniz Clemente dos Santos, Adjunto do Núcleo de Contratos**, em 21/12/2023, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Haldayr Albuquerque de Souza, Gestor(a) de Contrato**, em 21/12/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO DOS SANTOS ARAUJO, Usuário Externo**, em 22/12/2023, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Robert Maciel de Sousa, Chefe**, em 22/12/2023, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6772311** e o código CRC **E64FCD8D**.
